



Anais da Assembléia

Nº 147

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 30 DE OUTUBRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO

3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI

4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP - 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR - 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC - 01: Jocelito Canto.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 108.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 1995
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (48). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Basílio Zanusso, Élio Rusch, Geraldo Cartário, Nereu Moura, Péricles Mello e Sâmis da Silva (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está em discussão a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requero verificação de votação.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A mesa defere e irá proceder a verificação de votação com chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, peço para suspender a chamada nominal dos Srs. Deputados, tendo em vista a presença dos mesmos e consequentemente quórum para aprovação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO

Curitiba, 30.10.95

Senhor Presidente.

Conforme Ofício encaminhado pelo Líder da Bancada do PT - Ângelo Vanhoni, justificando ausência do Deputado Irineu Mario Colombo nos dias 23 a 26 de outubro. Segue em anexo atestado médico comprovando tratamento e cirurgia bucal.

Na oportunidade aproveito para reiterar protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 30.10.95

(a) IRINEU COLOMBO

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3252

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, regime de urgência ao Projeto de Resolução nº 028/95 de autoria do Deputado Caíto Quintana, que dispõe sobre a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do município de Jacutinga do Sudoeste.

Sala das Sessões, em 30.10.95

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 3250

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, a inclusão do Projeto de Resolução nº 028/95 de autoria do Deputado Caíto Quintana na Ordem do Dia da primeira semana de novembro do corrente ano, que dispõe sobre a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do município de Jacutinga do Sudoeste.

Sala das Sessões, em 30.10.95

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 3253

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 107, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 30.10.95

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 3242

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, a retirada do Projeto de Resolução n° 016/95, item 02 da Ordem do Dia da presente Sessão, tendo em vista a falta de parecer da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis à Emenda Substitutiva geral, e por haver outro projeto de resolução que trata do mesmo assunto e vai anexo ao presente requerimento.

Sala das Sessões, em 30.10.95

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 3260

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, e após ouvido o douto Plenário, REQUER a retirada da Ordem do Dia, por 03 (três) sessões, do projeto de Lei n° 002/95.

Sala das Sessões, em 30.10.95

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 3263

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, a retirada do Projeto de Resolução n° 041/95, item 05 da Ordem do Dia da presente Sessão, por 2 sessões.

Sala das Sessões, em 30.10.95

(a) RICARDO CHAB

Apoio: Duílio Genari e Albanor Gomes.

REQUERIMENTO N° 3251

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a liberação do Plenário desta Casa de Leis para a realização da solenidade de entrega de Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Euclides Girolamo Scalco, projeto de lei de iniciativa do atual Prefeito Rafael Greca, aprovado pela Assembléia Legislativa e sancionado pelo Governador sob n° 9727, de 17.10.91.

Sala das Sessões, em 30.10.95

(a) BETO RICHÁ

REQUERIMENTO N° 3255

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja solicitado ao Exmo. Governador do Estado e ao Exmo. Secretário das Finanças o parcelamento do ICMS gerado pelo comércio no mês de dezembro do corrente ano, sendo a primeira parcela baseada nos seis últimos meses de contribuição, garantindo a arrecadação sem queda de receita, e o excedente dividido em duas vezes mensais.

Requer ainda, que seja solicitada às autoridades acima elencadas, uma manifestação em, no máximo, 20 dias.

Sala das Sessões, em 30.10.95

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

Dezembro é um mês onde as vendas aumentam, aumentando, conseqüentemente, a arrecadação de ICMS por parte do Estado.

O parcelamento viria para beneficiar o Estado e os comerciantes. O Estado recebia a primeira parcela antecipadamente, e quando a arrecadação cair, como é normal em janeiro e fevereiro, continuaria recebendo o excedente do mês de dezembro.

Para o comerciante o benefício também seria evidente, posto que, apesar de dezembro ser um mês com volume maior nas vendas, cresce também o número de vendas a prazo. É oportuno lembrar que dezembro é um mês onde o comerciante tem ainda o ônus do pagamento do 13º salário.

Tendo em vista a sensibilidade do atual Governo, e levando-se em conta anteriores experiências semelhantes que deram certo, temos a certeza de que a questão será analisada com a atenção que merece.

REQUERIMENTO N° 3261

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja concedido Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Licínio Soares Dias, ocorrido em 12 de agosto.

Pessoa ligada à comunidade de Ponta Grossa, onde desenvolveu vários trabalhos em benefício da mesma, deixa uma tristeza entre amigos e familiares.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada à Rua Fernandes Pinheiro, 322 Centro - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 30.10.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3262

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja concedido Voto de Pesar pelo

falecimento da Sra. Alice Eurich da Silva.

Pessoa ligada à comunidade de Ponta Grossa, onde desenvolveu vários trabalhos em benefício da mesma.

Requer, ainda que da decisão desta casa, seja dado ciência à família enlutada, à Rua João Batista Gobbo 167 - Maria Otília - Ponta Grossa - PR.

Sadas Sessões, em 30.10.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3238

Senhor Presidente.

A Associação Saza Lattes comemorou em 29 do corrente 41 anos de existência, voltados ao atendimento da comunidade curitibana. Presidido pela Senhora Marisa Soares de Azevedo e tendo como diretora geral a Dra. Deise Kustra, vem a mesma atuando por meio de programas integrados de educação, saúde, profissionalização e geração de rendas, diretamente na promoção da família.

A Associação Saza Lattes, atende uma média mensal de 20 mil pessoas, tende este ano de 1995 ultrapassado a casa das 200 mil. Mantém em sua rede escolar 400 crianças e o mesmo número nos cursos profissionalizantes. As campanhas que promove, como de aleitamento materno e outras de prevenção, são constantes.

Pelo trabalho que realiza em prol da comunidade, merece a Associação Saza Lattes a manifestação desta Casa de Leis, razão pela qual, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimentais, REQUER, à douta Mesa da Assembléia a inserção, na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de Votos de Louvor e Congratulações pelo transcurso de seus 41 anos de existência.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento à Senhora Marisa Soares de Azevedo, Presidente da Associação e a Dra. Deise Kustra, diretora-Geral.

Sala das Sessões, em 30.10.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3239

Senhor Presidente

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão um voto de louvor aos Srs. Deputados Federais pelo Paraná, pelo empenho na defesa de recursos orçamentários da União para o Estado.

Sala das Sessões, em 30.10.95

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

São elogiáveis a união e o empenho dos Deputados paranaenses em defesa de recursos orçamentários para o nosso Estado. A

bancada do Paraná na Câmara Federal mostra que não está preocupada com diferenças políticas e siglas partidárias, priorizando os interesses do Estado acima de qualquer outro.

Desde que o Paraná esteve ameaçado de perder 500 milhões de reais dos recursos orçamentários da União, para o próximo ano, os Senhores Deputados Federais se mostraram prontamente dispostos a defender os interesses paranaenses, desencadeando uma união que é de fato motivo de orgulho para todos nós.

Essa mobilização, decisiva para que o Paraná não seja prejudicado na distribuição de recursos federais em 1996, é motivo de reconhecimento público, razão por que submetemos ao Douto Plenário, o presente voto de louvor aos Deputados Federais eleitos pelo nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 3244

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, Voto de Congratulações e Aplausos aos radialistas: Eusny José Pereira e Luiz Carlos Maciel, da Rádio Princesa, de Francisco Beltrão, tendo em vista suas atuações prestativas e apoio aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Prostituição Infanto-Juvenil no Estado do Paraná.

Outrossim, Requer, que da decisão da Casa, seja dada ciência aos Srs. radialistas para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam os votos de congratulações e aplausos.

Sala das Sessões, em 30.10.95

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO N° 3249

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Votos de Congratulações pela passagem do Dia do Funcionário Público ocorrido no último dia 28.

Requer, ainda, que da decisão deste douto Plenário seja dado conhecimento ao Sr. Brasil Paraná de Cristo, Presidente da ASPP e demais Diretores, à Rua 24 de Maio, 248, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 30.10.95

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

O transcurso do Dia do Funcionário Público é motivo de particular regozijo para todos os que, como nós, representam a comunidade.

A valorosa categoria constitui um esteio do Estado Democrático, sobre o qual

repousa a responsabilidade de gerir os interesses populares.

Injustiçado, incompreendido, as mais das vezes mal remunerados, o funcionalismo público tem dado seguidas mostras de dedicação, capacidade e idealismo.

É justo que receba a saudação do Poder Legislativo do Paraná, cuja grandeza tem ajudado a construir.

REQUERIMENTO N° 3256

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembleia, a inserção em Ata de Votos de Congratulações com o Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado do Paraná - SICEPOT/PR, pela posse, nesta data, da sua nova Diretoria para o triênio de 95/98.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao SICEPOT/PR, na pessoa do seu Presidente, Eng. José Alberto Pereira Ribeiro.

Sala das Sessões, em 30.10.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3232

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Miguel Salomão, Secretário de Estado da Fazenda, solicitando a criação, junto ao Banestado, de uma linha de crédito especial para financiamento da cultura do alho no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 30.10.95

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Os empresários rurais que se dedicam à cultura do alho no Paraná, despontam com significativa contribuição à produção agrícola do nosso Estado, e, além dos tributos, garantem em larga escala, principalmente à mão-de-obra menos qualificada do interior, oportunizando melhor qualidade de vida àquelas pessoas de menor condição de competitividade no mercado de trabalho.

Entretanto, Senhor Presidente, o produtor está enfrentando forte concorrência na comercialização com o alho importado da Argentina, China e Chile, sentindo-se ameaçado, caso não venha contar com o apoio das instituições públicas. Se esta atividade sucumbir, não teremos apenas prejuízos na balança comercial, mas também o encerramento de uma atividade responsável por melhor distribuição de renda na região interiorana, seja para o empregador

como para o empregado, traduzindo-se numa atividade de importante cunho social no contexto atual, contribuindo, inclusive para a fixação do homem naquela região.

REQUERIMENTO N° 3235

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da rua Padre Paulo Canele, Santa Cândida, os quais pedem a instalação de um telefone público na rua Guilherme Weiger, em frente ao Bar da Rita, de n° 535. Segundo os moradores, não existe nenhum telefone nas proximidades e a implantação desse benefício, seria de grande importância para toda comunidade.

Sala das Sessões, em 30.10.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3236

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de proceder a troca de lâmpada na rua Sete, n° 18, Jardim Campo Verde. O pedido está sendo feito pela moradora, a qual reclama da total escuridão e que os transeuntes ficam apreensivos. Pede providências.

Sala das Sessões, em 30.10.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3237

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de colocar iluminação pública na rua cinco, Jardim Teffé, no Parque São Jorge, em Almirante Tamandaré. Neste local já existem os postes, só faltam as luminárias e os moradores têm que pagar a taxa de iluminação, que é cobrada todos os meses na conta de luz.

Segue anexo cópia da resposta de requerimento feito à COPEL.

Sala das Sessões, em 30.10.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3240

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamen-

to do Paraná, SANEPAR, solicitando informações sobre todas as obras concluídas em 1994 no Município de Laranjeiras do Sul, discriminando a empresa contratada e o valor da obra.

Sala das Sessões, em 30.10.95.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Denúncia encaminhada a este parlamentar dá conta de irregularidade na execução de uma obra da SANEPAR no Município de Laranjeiras do Sul, no ano de 1994.

Como bem é sabido, é competência da Assembleia Legislativa fiscalizar todos os atos da administração estadual, inclusive das empresas públicas.

Para bem cumprir esse ofício no caso em tela, imperiosas se fazem as informações solicitadas à SANEPAR pelo presente requerimento.

REQUERIMENTO N° 3243

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais vem, respeitosamente, REQUERER, a Vossa Excelência, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento (DD. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado), sugerindo que, dentro do novo Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Paraná, seja elevado a Distrito Judiciário, o atual Distrito Administrativo de Catuporanga, pertencente ao Município de Nova Tebas - PR.

Sala das Sessões, em 30.10.95.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 3245

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, Voto de Congratulações e Aplausos aos policiais civis: Delegado Nilton Tadeu Rocha, Delegado Aprígio Paulo de Andrade Cardoso, Delegado Silvan Rodney Pereira, Delegado Valmir Soccio, investigador Raulo Martins Filho e investigador Elias Pereira Soares. E aos policiais militares: Coronel Sérgio Luis Malucelli, Capitão Jack Holmer, 1° Tenente João Alves da Rosa Neto, Tenente Dorian Nunes Cavaleiro, 1° Sargento Antônio Bráz da Silva, 2° Sargento Júlio Crecheski, 2° Sargento Amilton Antônio de Oliveira, Cabo César Augusto Foss, soldado Edison Luiz Baura, soldado Sidnei Ferreira da Silva e soldado feminina Ester Maria Machado, tendo em vista suas atuações prestativas e eficientes durante os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Prostituição Infanto-Juvenil no Estado do Paraná.

Outrossim, Requer, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná cumprimente os policiais citados acima.

Sala das Sessões, em 30.10.95.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO N° 3246

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado de Educação solicitando a doação por parte desta colenda Secretaria, de micro-computadores, impressoras e livros didáticos de informática para a Escola Municipal Dom Pedro II, localizada no Município de Matelândia.

Sala das Sessões, em 30.10.95.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A Escola Municipal Dom Pedro II, de Matelândia pretende implantar, no contra turno, aulas de informática para melhor qualificar e preparar os estudantes na área da computação. Para tanto, é necessário a colaboração desta Secretaria, no sentido de providenciar tais recursos visando a melhoria na qualidade de ensino dos jovens paranaenses do Município de Matelândia.

REQUERIMENTO N° 3247

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes solicitando a realização da ligação asfáltica entre os municípios de Palmital a Altamira do Paraná, passando pelo Município de Laranjal.

Sala das Sessões, em 30.10.95.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A realização da ligação asfáltica acima referida beneficiará a população dos três municípios, que atualmente possuem grande dificuldade de locomoção, devido ao péssimo acesso rodoviário. A ligação asfáltica irá trazer o desenvolvimento econômico para a região, gerando mais empregos e aumento a qualidade de vida da população.

REQUERIMENTO N° 3257

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, respeitosamente, a presença de V.Exa. REQUERER, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Professor Ataíde

Moacir Serrazza (Md. Diretor-Geral do CEFET), a fim de convidá-lo para comparecer à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, visando prestar esclarecimentos sobre o atraso na construção das dependências do CEFET, no bairro São Lourenço.

Sala das Sessões, em 30.10.95.

(a) RENATO ADUR

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 054/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito objetivando a transferência de área territorial do Município de Campo Largo para o Município de Itaperuçu, com as divisas a seguir especificadas:

"Inicia-se no rio Açungui, na foz do arroio Águas Claras; daí segue para sua nascente até encontrar a estrada do Pinheirinho; seguindo até o ribeirão Palmital ou São Silvestre; descendo por este até a foz do rio Ribeirinha, aí segue o rio Ribeirinha até a foz do rio Tapera, subindo por este até a confluência com o ribeirão Caiva, subindo por este até sua nascente; daí segue por linha seca e reta até a nascente do rio Pavão dos Silvas, que desce até a foz do rio Açungui, daí segue subindo o rio Açungui, até encontrar o arroio Águas Claras, início desta descrição."

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.10.95.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O projeto de resolução em tela visa atender ao pedido de lideranças locais que há muito pleiteiam a transferência da área para o Município de Itaperuçu, tendo em vista que seus habitantes são atendidos em quase todas as suas necessidades pelo governo municipal de Itaperuçu, sendo assim nada mais justo aprovar esta reivindicação popular.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 457/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Musical do Método Suzuki, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.10.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

PROJETO DE LEI N° 458/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o poder executivo a empreender estudos e o planejamento necessários à construção do Centro Regional de Tratamento de Dependência Química e Alcoolismo do Norte do Paraná, no Município de Londrina.

Art. 2° - A construção do referido Centro deve obedecer às diretrizes técnicas do SUS - Sistema Único de Saúde e à legislação vigente para o atendimento à população da microrregião do Norte do Paraná.

Art. 3° - O estudo necessário para a construção do Centro Regional de Tratamento de Dependência Química e Alcoolismo do Norte do Paraná deve ser necessariamente concluído até o final do ano de 1996, de forma a propiciar o planejamento orçamentário necessário à construção do Centro para o ano de 1997.

Parágrafo Único - É fixado o ano de 1997 como data limite máxima para a conclusão das obras da construção do Centro Regional de Tratamento de Dependência Química e Alcoolismo do Norte do Paraná.

Art. 4° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.10.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

PROJETO DE LEI N° 459/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o executivo Estadual autorizado a criar o Fundo de Desenvolvimento da Cafeicultura do Paraná, com o fim específico de capacitar financeiramente os cafeicultores, buscando a obtenção do menor custo com a melhor qualidade, agregando novas tecnologias.

Parágrafo Único - O fundo de que trata o "caput" deste artigo, visa garantir a adoção gradual e contínua de novas tecnologias e variedade indicadas pela pesquisa, com o fim específico de assegurar competitividade no mercado Nacional e Internacional dos cafeicultores do nosso Estado, visando fortalecê-los através da rentabilidade e estabilidade econômica a nível de propriedade.

Art. 2° - Os recursos para a constituição do Fundo, serão captados na proporção de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do ICMS gerado pela comercialização do café em grão, do café torrado e do café industrializado pelo processo solúvel.

Art. 3º - O gerenciamento do Fundo de que trata o art. 1º, ficará a cargo da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento que constituirá comissão paritária com membros indicados pela SEAB e pelo órgão de classe que congrega os cafeicultores, num total de seis membros.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.10.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

PROJETO DE LEI Nº 460/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a ceder em doação, os veículos marca Pick-up, ano de fabricação 1980, Placa CV 5042, e Fusca, ano de fabricação 1984, Placa BG 3882, ambos de propriedade da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, à Prefeitura Municipal de Japurá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.10.95.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei visa legalizar, através de doação, a posse e a propriedade dos veículos acima descritos, até agora objeto de comodato precário, cuja vigência a COPEL já denunciou.

Os veículos em referência tem sido de grande utilidade para a Prefeitura Municipal de Japurá, haja vista que é muito utilizado no atendimento às crianças da APAE, aos pequenos e médio produtores rurais no transporte de sementes e adubos, dada a sua versatilidade e resistência, em que pesem os anos de uso.

Por todas estas razões, esperamos que o presente projeto de lei seja aprovado pelos ilustres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente.

Antes de passarmos ao horário das Lideranças, é com satisfação que anunciamos a presença em nosso meio do ilustre Deputado Federal, ex-Secretário, Elias Abrahão, que nos honra, através da representação nossa na Câmara dos Senhores Deputados deste Paraná, bem como temos a satisfação de ter de volta em nosso meio o nosso prezado companheiro, Marquinhos Alves, que

após o retorno da sua viagem de núpcias aqui está no seu retorno ao nosso trabalho, bem como também os ilustres Vereadores da cidade de Pirai do Sul, Vitor Milio, Luiz Carlos da Silva, Jair Fernandes de Oliveira e Paraiba (?) de Oliveira, que também nos honram com suas presenças.

O SR. EDSON SILVA LINO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, também quero registrar a presença da Comissão pro-emancipação de Embaú, o Senhor Valdenir Jangada, Joel Trabonti, o Senhor Bezerra e também o Senhor Castro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente associado pela Mesa Executiva a participação feita pelo Deputado Edson Silva Lino e cumprimentamos os ilustres companheiros de Embaú, pelos resultados alcançados e verificado no plebiscito, que ali foi realizado. Teremos a oportunidade de ver um próspero e pujante município futuro.

Por solicitação do nosso 1º Secretário Deputado Nelson Garcia, Vereador Pedro e José Chalegue de Ivaté e o Senhor Dorsinho, da Divisão de Esportes, que também nos honra com a sua presença em nosso Plenário.

Falando pela ordem, o Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só uma questão para me esclarecer. É permitido usar chapéu dentro do Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - ...

Eu creio que, o nosso Regimento Interno, fez com que o traje realmente seja, o traje social e condigno com o que nós temos, e o ilustre Deputado Florisvaldo Fier, ao adentrar, sempre retira essa indumentária de sua cabeça.

É com satisfação, que nós temos o prazer, também, de receber o Secretário Hermas Brandão, nosso colega Deputado, que transitoriamente ocupa a função maior de Secretário de Agricultura deste Paraná.

Palavra no horário das Lideranças, PPR, PP, PMDB Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados. Saiu na semana passada estampado nos jornais desta capital, uma notícia, de que o CEFET - Centro de Educação Tecnológica do Estado do Paraná, pode eliminar as mil vagas, para os cursos técnicos em Curitiba, no próximo ano de 1996. E a alegação, da Diretoria do CEFET é de que, embora o CEFET conte hoje com quase um milhão de dólares, para construção do novo prédio do CEFET no Parque São Lourenço, a Prefeitura Municipal

pal de Curitiba, está se negando a conceder o alvará para a construção do referido edifício.

Houve muita polêmica na questão do CEFET no ano de 1.993, quando o Governo do Estado, o Secretário da Educação na época, hoje atual Deputado Federal Elias Abrahão, que se faz presente nesta Casa, tentou transferir ao CEFET, o Centro Politécnico do Boqueirão. Tivemos inúmeras manifestações na época, contrárias à questão desta transferência.

O Governador do Estado e o Secretário da Educação, acharam o melhor caminho cedendo ao CEFET uma área de trinta e um mil metros quadrados para que o CEFET pudesse construir, aqui na Barreirinha, no Parque São Lourenço, esta nova escola do CEFET, esta nova unidade que abrigaria dois mil estudantes de curso técnico da nossa Cidade.

O governador do Estado na época encaminhou a mensagem, aqui para esta Casa, foi aprovada aqui e foi dada a circunscrição imobiliária para o CEFET.

Na época existia uma consulta à Prefeitura Municipal de Curitiba que dava o sim, para a construção desta unidade.

Portanto, Senhoras e Senhores, estamos ocupando a Tribuna na tarde de hoje, para levar o nosso protesto à Prefeitura Municipal de Curitiba para que dê o Alvará para a construção da escola, que vai atender dois mil jovens em nosso Estado, em nosso Município.

E o compromisso na época Srs. Deputados, Sr. Presidente, era de que o CEFET, construindo esta unidade para dois mil alunos, garantiria a Guarda-Mirim, que era então a detentora do imóvel no Parque São Lourenço, garantiria um mínimo de 300 vagas por ano à Guarda Mirim do Paraná, para atender a jovens estudantes carentes da nossa Cidade, aqueles que não têm condições de frequentar um cursinho de se preparar para ingressar na melhor escola do Brasil, que é o CEFET do Paraná.

Conseguimos, na época, a Secretaria de Educação na época, conseguiu que o CEFET garantisse as 300 vagas para alunos carentes do Paraná, de qualquer Município deste Estado, que viesse a estudar, não só em Curitiba, mas em qualquer uma das cinco unidades que o CEFET detém hoje no Estado do Paraná, em Medianeira em Matelândia em Francisco Beltrão, em Campo Mourão, na Cidade de Guarapuava nas Cidades que eles têm hoje o CEFET. Estranhamos muito que a Prefeitura de Curitiba, esteja dificultando a construção dessa unidade. Ora, existe o terreno legalizado, Srs. Deputados, existe a verba no caixa do CEFET, existe a vontade política do CEFET de construir esta unidade, existe a carência das demais escolas técnicas do Estado do Paraná, e só

não existe a vontade política de Sua Excelência o Prefeito Municipal de Curitiba. Queria propor ao Presidente, a esta Casa de Leis, que encaminhe um requerimento, em forma de convite, ao Presidente, ao Diretor Presidente do CEFET, para que ele viesse até esta Casa de Leis, Sr. Presidente, nos esclarecer efetivamente porque é que até agora não se iniciaram as obras do CEFET no Parque São Lourenço.

O Sr. Irineu Colombo (Aparte) - Deputado

Renato Adur, é com satisfação que vejo Vossa Excelência, defender a instituição, ao qual sou oriundo que é o CEFET do Paraná, lá da minha Cidade de Medianeira, e me lembro do debate que tivemos no ano passado, quando eu era apenas Vereador daquela Cidade, e tivemos já uma discussão, com a Bancada petista, que aqui estava que não tinha uma avaliação precisa daqueles processos que tramitavam, quando o Secretário Elias Abrahão, tentava transferir à Escola Politécnica, enfim uma série de negociações, para que o CEFET que a sua vontade de assumir, diversas instituições do Estado do Paraná e conveniado, diversas formas, ficando com o setor Administrativo do Estado do Paraná, os professores do CEFET, tinham várias alternativas, que foram apresentadas, de o CEFET assumir estas instituições para dar um curso técnico de 2º grau, que o Paraná precisa e merece, para o aprimoramento da sua economia. Quer dizer, temos algumas vocações no setor de eletro-mecânica, de eletrônica, que são potenciais que tem o Paraná, mas que precisa de mão-de-obra qualificada, precisa de gente que começa a ser orientando para a pesquisa, para a produção e que o CEFET é um dos bons exemplos enquanto-escola direcionado para esse fim, curso de quatro anos em média, de 2º grau; sai um cidadão capacitado para a vida profissional, para enfrentar qualquer obstáculo, para ser auxiliar inclusive nas linhas de frente de pesquisas, e me parece, e eu questionei quando veio aqui o Secretário de Educação, questionei exatamente esse suporte, ou apoio a Educação Tecnológica no Paraná, que é a grande sacada, digamos assim, política, que o Japão por exemplo teve, que a Alemanha está tendo nesse momento com as escolas politécnicas. Temos exemplos, inclusive que o CEFET foi buscar recentemente em convênio com as escolas alemãs, com professores da Alemanha, com cursos vindo de lá. Temos uma ponta da Europa aqui dentro do Paraná. E não tenho conhecimento que o Governo do Estado, e agora se traz notícias que a Prefeitura Municipal não está dando a devida importância à Educação Tecnológica notadamente aqui puxada pelo CEFET. Quero me somar a essa intenção de V.Exa. de fazer um requerimento para que o

Professor Athaide venha aqui dar explicações maiores sobre esse caso para podermos ficar a par e defender aquilo que queremos.

Parabéns pelo pronunciamento e minha solidariedade.

O SR. RENATO ADUR - Agradeço Deputado Colombo e para concluir, Sr. Presidente, quero pedir ao Líder do Governo, ao Deputado Algaci Túlio que inclusive foi um dos defensores na época desta idéia, deste projeto que nos auxilie inclusive conversando com o Prefeito Municipal de Curitiba, com S.Exa. o Governador do Estado do Paraná, para que possamos definir essa questão do início das obras do CEFET.

Faremos um requerimento ao Dr. Athaide, que é o Presidente do CEFET, e quero contar com o apoio e a sensibilização do Governo nesta Casa, e também de S.Exa. Governador do Estado, porque não podemos mais uma vez perdermos duas mil matrículas no Estado do Paraná.

Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio (Aparte) - Quero louvar a sua atitude de vir a tribuna nesta tarde, de reivindicar a obra do CEFET no bairro do Ahú. Não é questão de coincidência e nenhum interesse de sua parte, mas será vizinho a sua residência, será vizinho à minha residência, mas não estamos nós aqui brigando por interesse nosso, mas interesse da Comunidade. Esta Casa foi testemunha nas legislações anteriores até por sinal quando compramos uma campanha para que não fosse passado o Instituto Politécnico do Boqueirão para o CEFET, depois veio uma segunda etapa, em que tentava-se, mais uma vez, e nesta Casa encontramos o bom caminho, encontramos uma solução, V.Exa. foi o intermediário daquela situação toda, imediatamente fazendo contato com o ex-Governador na época, Governador Requião e achou-se por bem liberar uma área de onde está instalada a guarda-mirim no bairro do Ahú.

Pois bem, o CEFET recebeu esta área, começou a preparar o terreno, V.Exa. é mais testemunha do que eu ainda, porque mora na frente, mas passei por lá para verificar, participei de uma reunião de Associação de moradores do Ahú de Cima, onde todos têm maior interesse, tem mais de três mil assinaturas no abaixo assinado pedindo que a obra aconteça. A Prefeitura, dentro do seu entendimento, diz que é uma questão do sistema viário, pela proximidade do Parque São Lourenço, pela proximidade do Varejão Garibaldi, uma área bastante grande, comercial naquela região e também pelo fato da proximidade do Santa Maria.

Então não vi viabilidade viária naque-

la área ali. É discutível esse pensamento do IPUC de Curitiba. Me somo a V.Exa. e estou tentando já há dias marcar uma audiência com o Prefeito Rafael Greca e com os moradores, para que a gente possa encontrar um denominador comum, uma saída para esse impasse. Vou me somar a essa sua reivindicação; vamos trabalhar em conjunto neste caso, vamos tentar marcar a sua audiência com o Prefeito e encontrar um caminho. Acho que não se pode bloquear de forma alguma, aquilo que é do interesse da Educação, e que vai levar uma valorização extraordinária para o bairro Ahú, para o bairro São Lourenço.

O SR. RENATO ADUR - Sr. Presidente, agradeço ao Deputado Algaci Túlio, acho que a justificativa que a Prefeitura está buscando não é convincente, porque a rua que ela diz vai prejudicar o tráfego é uma rua que não tem nem sequer asfalto, é apenas uma rua com um antigo anti-pó, sem nenhuma galeria, de esgoto, sem absolutamente nada. Portanto, caberia à Prefeitura fazer as melhorias que a comunidade ali exige para aquela rua, melhorando a condição da rua fazendo alargamento necessário, terá condições perfeitas de atender a questão do CEFET e depois, além disso são três vias de acesso até esse novo estabelecimento, uma vez construído e não justifica a questão do acesso alegado pela Prefeitura. Existe, como o Deputado Algaci Túlio bem comentou, mais de três mil assinaturas de toda a comunidade, ali é uma região eminentemente ligada a estabelecimentos educacionais, temos mais de meia dúzia de estabelecimentos educacionais naquela região, portanto, também não é fora da questão de zoneamento da Prefeitura, é uma região que já existe, e é uma região de estabelecimentos educacionais e de parques, portanto, não justifica esta alegação de IPUC, da Prefeitura Municipal de Curitiba. Faremos um convite ao diretor do CEFET para que venha trazer melhores esclarecimentos, e gostaríamos do apoio desta Casa de Leis para vermos funcionando no ano de 96 o CEFET do Ahú, do Parque São Lourenço.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao PT. Havendo declinado, concedo a palavra ao PSC, Declina. Concedo a palavra ao PTB, Declina. Passando a vez para o PDT, Antonio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Um bom programa para se ver na televisão, no domingo, além do Fantástico, Silvio Santos, Bandeirantes, TV Independência, CNT, para quem tem TV a cabo e a gente está vendo aqui,

especialmente em Curitiba, a grande quantidade de domicílios ligados já na TV a cabo, e um bom programa no domingo é direto de Nova York, apresentado pela GLOBOSAT, programa esse que leva o nome de Manhattan Connection, chefiado pelo jornalista Lucas Mendes, tem como debatedores Nelson Mota, Caio Blinder e Paulo Francis.

Na noite de ontem, Senhor Presidente e Senhores Deputados, vimos uma manifestação do famoso jornalista Paulo Francis jornalista consagrado na imprensa brasileira e conhecido também vários veículos de repercussão internacional, vimos ontem uma repetição do que num outro programa já tínhamos visto o Paulo Francis dando uma escorregada, outro dia se referiu de maneira jocosa, contra todas as mulheres que militam na vida pública, ao criticar a Promotora Pública, que fez a acusação do J.O. Simpson, e ontem o seu Paulo Francis não atacou as mulheres e esse assunto de mulher é para a nossa querida Deputada Iron-di Pugliesi, mas ontem, Sr. Presidente, para espanto meu como admirador deste programa, em determinada hora o seu Paulo Francis, um homem de idade bastante avançada - provavelmente muito perto da aposentadoria como profissional da Imprensa e como debatedor, passou para nós, telespectadores, uma imagem muito triste. Dizia o seu Paulo Francis que, naquela semana, havia estado num restaurante Chinês e na hora em que estava jantando ali chegaram alguns asiáticos e alguns africanos.

E aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que vem a nossa tristeza com a conduta de um profissional tão consagrado como o senhor Paulo Francis. Ao se referir a este episódio ele deu um destaque especial aos africanos dizendo o seguinte: ele abriu o paletó e disse - olha, eu não estava nem armado, mas fiquei com medo tremendo de ser assaltado por esses africanos. Quer dizer, falou de maneira jocosa passando a nítida impressão de que o Senhor Paulo Francis é um homem racista, não gosta de negro e num veículo tão poderoso como a televisão e num programa que detém bom índice de audiência na TV a Cabo, na Globosat, o Sr. Paulo Francis nos deixou esta imagem muito triste de um jornalista racista, de um jornalista que não gosta do povo africano e de sua descendência.

Nós queremos, aqui, aproveitar este momento, dar a nossa solidariedade a esse povo originário da África e que, com humildade, tem prestado grande trabalho ao nosso país. A este povo que sofreu tanto, não só no Brasil, como também no exterior, sendo vítima da escravidão que imperou aqui e em várias partes do planeta terra. E o nosso repúdio ao Senhor Paulo Francis e o nosso desejo que um jornalista, ao usar um instrumento de comunicação tão po-

deroso como a televisão, não venha a passar a imagem do racista, do homem que tem mágoa, do homem que não suporta, que não gosta do povo da raça negra.

Aliás, esta postura, ele tem que demonstrar não apenas perante o vídeo, perante a câmera de televisão, mas em todos os momentos da sua vida. É lamentável que ao final do Século XX ainda tenhamos pessoas que expressem, que extravazem o seu rancor, o seu racismo, a sua não aceitação por este povo da raça negra.

A nossa solidariedade a todos os negros que moram e que ajudam este nosso Paraná e este nosso Brasil. E ao Paulo Francis o nosso desejo de que Deus abra o seu coração para que ao invés de rancor e discriminação, ignorando até a Lei Afonso Arinos, que é cabível. Caberia, até, uma punição a esse profissional, porque usou a televisão aqui no Brasil para pregar a discriminação.

Mas de qualquer forma, se a lei não for aplicada contra a postura do Sr. Paulo Francis, o nosso desejo Sr. Presidente e Srs. Deputados, que Deus abra o seu coração para que, ele trate brancos e negros, todos os povos com igualdade, com amor e com respeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente, justificando sua ausência nas sessões plenárias dos dias 23 a 26 do corrente mês, em virtude de tratamento médico e cirurgia bucal. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Resolução nº 016/95, da presente Sessão. Retirado pelo autor.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 409/95 de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Progresso, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 016/95 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza a realização de Plebiscito para a criação do Município de São Pio X, desmembrado do Município de Francisco Beltrão. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Emenda de Plenário.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário, de nº 02, de autoria dos Srs. Deputados Nelson Garcia, Caíto Quintana, Cezar Silvestri e demais Srs. Deputados, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 016/95

Art. Único - Inclua-se aonde couber, onde lia-se Município de São Pio X, Leia-se Pio X do Sudoeste.

Sala das Sessões, em 30.10.95

(aa) NELSON GARCIA
CAÍTO QUITANA
CEZAR SILVESTRI
EMERSON NERONE
LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI
DOUTOR ROSINHA

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a entrada da emenda o projeto retorna à CCJ:

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, faço uso da palavra apenas para garantir o bom encaminhamento, conforme as normas da Casa. Este projeto de resolução que autoriza a criação do município de São Pio X entrou em pauta há mais de 40 dias atrás. Após o protocolo deste projeto, houve a entrada por parte do eminente Deputado Caíto Quintana, da proposição da criação de um outro município cujo distrito administrativo são áreas conflitantes entre os dois municípios propostos. Após a entrada, Sr. Presi-

dente, deste projeto em primeira discussão, após aprovação em primeira discussão, houve a proposição de emenda em Plenário, razão pela qual o projeto voltou à CCJ que teria 48 horas para emitir seu Parecer.

Sr. Presidente, a CCJ não emitiu o Parecer volta o projeto em 2ª discussão e eu gostaria de encaminhar contrário a este requerimento, tendo em vista que o projeto já recebeu emenda. Portanto, não tem razão para voltar à CCJ com outra emenda, já que encontrava-se o projeto de regime de urgência e deveria ser emitido Parecer pela CCJ em 48 horas.

Então, solicito aos Srs. Deputados o voto contrário a este requerimento que nada mais visa se não apenas impedir o trâmite normal desse Projeto que está aqui. E digo mais, amanhã, pelo que eu estou sabendo na CCJ, estará sendo votado parecer do relator a outro Município a ser criado que é Jacutingá, com área conflitante a esse município inicial que entrou nessa Casa, exatamente 55 dias depois da proposição desse primeiro município.

Estive sábado em Francisco Beltrão numa reunião com as partes onde procuramos um entendimento entre as duas comunidades, e me parece, salvo melhor juízo, para a preservação da boa norma da Casa, até porque isso aqui não pode virar uma palhaçada. De que nós tenhamos que apreciar sim a Emenda colocada que não é o substitutivo geral, apenas mudem as divisas como forma de voltar ao Projeto iniciei a CCJ, e posteriormente discutirmos então a aprovação ou não do Projeto. Em que pese evidentemente a colocação do outro Projeto que, se não aprovado esse, pode ter o seu tramite normal na Casa.

Só o que faltava Sr. Presidente, esse Projeto que está aqui agora, ter que voltar a CCJ com uma segunda emenda não sei como, e amanhã nesse interim, ser lá votado um parecer favorável de um Projeto que entrou 55 dias depois do nosso projeto por causa de uma Emenda colocada que não teve o seu parecer e que agora vem a plenário para votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A nossa Presidência e os membros da Comissão de Constituição e Justiça têm primado até o dia de hoje, num comportamento onde se identifica a razão proposta por todos os projetos que ali passaram e não seria tão somente agora, que essa Presidência dessa Comissão que tem o respaldo de todos os Srs. líderes das Bancadas teriam procedimento diferente.

Concedo a palavra ao Senhor Líder do PMDB Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, apenas para colocar nessa Casa, que

lamentavelmente está na hora de disciplinar a criação de Município aqui na Assembleia Legislativa. Na Assembleia Legislativa tramita três projetos emancipatórios que pega a mesma área, inclusive o Município de São Pio X, pega até a Sede do Distrito de Jacutinga, para poder se viabilizar, não tem área suficiente. Tem mais um projeto me parece, apresentado pelo Deputado Beto Richa, de um desmembramento feito do Município de Eneas Marques, que pega parte desse Município de São Pio X e da área de Jacutinga. Três projetos sobre a mesma área, utilizando o mesmo espaço. E o que está na hora nessa Casa, Senhor Presidente, é de manter uma determinada norma de comportamento político, que sempre norteou os princípios daqui, de quem não faz política numa área, não fique interferindo politicamente no Distrito que não conhece, seria como eu entrar com um Projeto emancipatório de algum Distrito de Ponta Grossa ou de Irati, aí eu incorreria nesse risco. Mas eu não quero discutir esse assunto, V.Exa. sabe que enquanto o Projeto estiver em fase de discussão e votação cabe a Emenda em 2.^a discussão e por isso é que foi apresentado e retorna a CCJ.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente. Apenas para que a gente possa ilustrar a nossa decisão de hoje, consulto à Mesa se esse Projeto já esteve em plenário em 2.^a discussão, se recebeu Emendas naquela oportunidade e se teve por acaso a sua discussão encerrada ou naquela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não está com discussão encerrada e recebeu emenda agora fora a outra emenda que já existia.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) - Senhor Presidente. Gostaria de saber se é possível o Projeto em 2.^a discussão ter recebido uma emenda, ter voltado como diz o Regimento Interno a CCJ e agora depois de voltar à votação o Projeto junto com a emenda, receber outra emenda em 2.^a discussão novamente.

Onde consta isso no Regimento Interno desta Casa?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - O Projeto está em 2.^a discussão e pode receber emenda. A matéria está nas mãos da CCJ por resolução da Mesa diretiva acatando Regimento Interno.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Senhor Presidente, para não haver entendimento diferente no tratamento dessa questão, por parte desta Casa, porque como disse o Deputado Caíto Quintana, tem primado pelas

normas e regras claras que identificam um Parlamento como altamente responsável. Só para registrar porque vamos ter outros projetos com área conflitante, porque não são 3 municípios. Porque aquilo que o Deputado Beto Richa propõe não pega área de nenhum dos dois, comprovadamente pelo Instituto Ambiental do Paraná, através de memorial descritivo. Apenas para dizer, nesta Casa, e com todo respeito que tenho, V.Exa., está registrado aí. Este Projeto recebeu uma emenda em 2.^a discussão e como diz o Regimento Interno voltou à CCJ para parecer em 48 horas. Não acontecendo isso, como é que volta o Projeto na Ordem do Dia, recebe uma outra emenda e volta para a CCJ?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A matéria está vencida. A vossa Questão de Ordem será decidida na CCJ e terá vossa pessoa a oportunidade de esclarecer todos os 3 Projetos que estamos discutindo. A CCJ lhe dará os esclarecimentos que V.Exa. necessita. O Plenário é soberano, ele é que decide sobre futuros projetos de emancipação de municípios. Se V.Exa. apresenta um, o Deputado Beto Richa outro e o Caíto outro o Plenário terá a autonomia suficiente como sempre teve de decidir sobre qual projeto irá optar a maioria desta Casa.

ITEM 03

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 002/95, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que revoga a alínea "A" do Art. 4° da Lei n° 10.704 de 10/01/94. (Suplente de Delegado). Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e S.P.. (Publ. no D.A. n° 06, de 20.02.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 002/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, tem por finalidade revogar a alínea "a" do art. 4° da Lei n° 10.704 de 10 de janeiro de 1994.

Pretende o autor, com esta medida, dispensar a obrigatoriedade de comprovação de escolaridade mínima de 2° grau completo ou equivalente, para o ingresso no cargo de Assistente de Segurança.

Após a análise da proposta, constatamos que esta não fere qualquer dispositivo constitucional, legal e regimental.

Pelos motivos acima expostos, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30.05.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA

PROJETO DE LEI Nº 002/95

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, tem por objetivo esclarecer a inobrigatoriedade de exigência de escolaridade mínima de 2º grau para ingresso no cargo de Assistente de Segurança, cujo "status" jurídico efetivo é de Delegado Substituto, nos termos da Lei Estadual 10.704/94, cuja alínea "a" do art. 4º se busca revogar no presente projeto de lei.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer contrário, pelos motivos expostos a seguir:

1) O argumento apresentado pela justificativa ao projeto de lei, ao argumentar que "a complexidade desta função não chega a exigir nível de formação escolar, tratando-se inclusive de um cargo de confiança" é falso, eis que a exigência mínima para qualquer cidadão se submeter ao concurso público de provas e títulos para delegado titular é a conclusão de curso superior de Direito. Ora, se é dado ao Delegado Substituto a prerrogativa de substituir o titular e concursado, ainda que provisoriamente, deve o mesmo ter, no mínimo, nível de escolaridade semelhante ao do substituído, face ao princípio constitucional da isonomia e do respeito à complexidade funcional. Além de afrontar a própria essência da Lei 10.797/94, que estabeleceu a carreira de delegado titular, inquéritos policiais conduzidos por agentes públicos materialmente incompetentes podem redundar em complexas situações de nulidades de procedimentos investigatórios.

Neste sentido, a proposição em análise é contrária ao interesse público sob dois aspectos: a) ao estabelecer diferenciação de nível entre funções idênticas no seio da administração pública, ou seja, ao quebrar o princípio da isonomia funcional; b) ao criar possibilidade de nulificação dos procedimentos investigatórios levados a cabo por delegados substitutos sem escolaridade mínima secundária, o que favoreceria a impunibilidade.

2) - Ao simples agente da Polícia Civil é exigido, como condição "sine qua non" de prestação do concurso específico, a comprovação da conclusão do 2º grau ou equivalente. Por outro lado, a função administrativa representada pela simbologia 9C corresponde a salário efetivo superior ao do agente da polícia civil. Consequência: quebra do princípio da hierarquia, eis que teríamos pessoas com menor nível de instrução educacional comandando outras com maior nível de escolaridade. Neste sentido, irremediavelmente abalado restaria o princípio da disciplina. Neste caso, a aprovação do presente projeto de lei en-

contra intransponível óbice no § 1º do art. 47 da Constituição Estadual. A situação se agrava frente a competência constitucional designada à Polícia Civil de exercer as funções de polícia judiciária, ou seja, encarregada das investigações criminais em geral. Como imaginar o exercício desta complexa função, que exige inapelavelmente conhecimento técnico de direito em geral e de direito e processo penal em especial, sem um nível mínimo de escolaridade? Novamente a perspectiva de recrudescimento da impunidade milita contra o presente projeto de lei.

Em conclusão, em que pese a respeitável motivação do Nobre Colega autor do presente projeto de lei, somos de parecer contrário, pelos motivos expostos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.08.95.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

ANGELO VANHONI - Relator

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Para Discutir) - Senhor Presidente. Gostaria que pedisse à Diretoria desta Casa que colocasse a verdade primeiro na Ordem do Dia. Eu que defendo tanto a Coordenadoria da Ordem do Dia, que existe parecer favorável da Comissão de Segurança Pública. Existe um Parecer contrário da Comissão de Segurança Pública e um parecer passado de respeito idôneo de um Deputado idôneo como é o Deputado Ângelo Vanhoni.

Em primeiro lugar, não quero ser o dono da verdade, gostaria de derrubar este Projeto. Pediria o apoio do Deputado Romaneli, do Deputado Caíto, da Bancada da Situação, da Bancada de Oposição. Isso aqui, pra mim, é uma sacanagem. Sacanagem! Não tenho papas na língua, não devo para vagabundo nenhum neste Estado e neste país. O problema é o seguinte, este negócio de criar dedo-duro na polícia, alcaçute na polícia, estão querendo criar aqui. É brincadeira! Estão querendo criar aqui, quer dizer, um cargo, um cidadão que não sabe a cor da Constituição do Estado, não sabe o que quer dizer a palavra "otoridade", isto é brincadeira! Na outra legislatura, me perdoem os companheiros que não estavam comigo, isto aqui é projeto nosso, na outra legislatura. Eu, o Deputado Caíto e o próprio Deputado Basílio; me perdoem, Deputado Cezar Silvestri e o próprio Deputado, eu não estou aqui criticando o Deputado Basílio que é meu particular amigo, acho que é um direito dele de entrar com o projeto.

Na administração passada, Srs. o governador Roberto Requião veio esta mensagem do Palácio para cá e aqui debatemos naquela oportunidade, o Deputado Valdir Rossoni se lembra disto, foi um grande debate, o Deputado Carlos Simões, junto co-

migo, o Deputado Luiz Carlos Martins, Deputado Algaci, fizemos aqui uma frente ampla, Deputado Toti Colaço, me lembro que o Deputado Toti Colaço - não sei se ele está aqui porque não enxergo muito longe - foi o meu companheiro de debate deste projeto que exigíamos que pelo menos para o cidadão ser assistente de segurança, ele teria que ter no mínimo o segundo grau completo ou equivalente. O Deputado Tavares estava aqui também - não sei se ele está em Plenário - concordou, brigou, discutiu, ele que já foi delegado de polícia, já foi Secretário da Cidadania, da Justiça do meu Estado, é brincadeira, senhores, isto aqui é um cabide de empregos. Quer dizer, posso nomear um dedo-duro para a delegacia lá de Londrina, posso nomear dedo-duro para tudo quanto é lugar, ora, vamos parar com esta palhaçada, gente, vamos parar com isto.

Vivo polícia, sou carrapicho de polícia, sei o que é um plantão de uma delegacia de polícia. Precisamos, sim, apoiar os delegados de carreira, e apoiar os escrivães, apoiar os detetives, apoiar o policial que tem vergonha na cara, que não suja o distintivo da polícia civil, e não criar o cargo de assistente de segurança, se o assistente não precisa ser alfabetizado. Quer dizer o assistente pode chegar na rua, meter o revólver na cara da tua mulher, prender o seu filho, violentar os seus direitos e ainda pega uma carteirinha e diz lá, sou dedo-duro da polícia, está aqui, fui nomeado pelo Secretário de Segurança Pública. Na hora que ele fizer uma burrada com a tua mulher, com o teu filho, com a tua filha, quero saber quem é que vai te defender. Ai ninguém vai dizer que o Alborghetti é louco, não, ninguém vai dizer. É muito fácil dar uma de falso moralista, ah, meu Deus, é muito fácil você ver a mulher do vizinho estuprada e dizer, tadinha dela, ai, meu Deus, pecado, ai, o que fazemos, meu Deus, coitadinho, ai, é muito bonitinho. A hora que você vê o cara com o revólver lá na genitália da tua mulher, ai você não vai falar, ai, tadinha, ai, coitadinha, meu Deus do céu, ai a história é mais em baixo, entendeu?

Então, gostaria de pedir com decência, aos Senhores Deputados deste Parlamento, pelo amor de Deus, pára com isto, gente, não podemos votar isto nesta tarde. Não podemos criar cabide de emprego que venha nos prejudicar amanhã ou depois. Vocês estão criando um potencial assassino com uma arma na mão. Senhores, se este projeto passar aqui nesta Casa hoje, cadê o Deputado, o Deputado Toti Colaço está aí, Deputado Tavares, Deputado Caíto, pelo amor de Deus, você está me entendendo, se esse projeto passar hoje do jeito que está, quero que fique do jeito que estava o projeto de lei do Governador Roberto Requião,

a pessoa tem que ter escolaridade, tem que ter noção, o que é o Código Penal, pelo amor de Deus, pergunta para ele o que quer dizer Constituição Brasileira, pergunta, vamos perguntar, pega aí, agora vamos criar o cargo aqui "otoridade", para o cara pegar uma carteirinha assinada pelo Dr. Cândido Manoel Martins de Oliveira e o sujeito passa o sinal fechado, sai toma um goró num bar e comete uma pequena infração, aí o cara chega na sua frente e diz - o Senhor está preso; - mas quem é o Senhor - sô otoridade, malandro, está aqui, o Candinho assinou a carteirinha bonita, azul da Secretaria de Segurança Pública. Eu sô otoridade, o senhor está preso, me acompanhe. Malandro o que é que é, isso é brincadeira, estamos criando aqui um assassino em potencial para violentar os direitos da família brasileira nesse Estado.

Não, peço, Deputado Romanelli, sei que V.Exa. vai comentar, V.Exa. sabe que eu não como nada engasgado, não como mesmo, comigo tudo tem que ser nos mínimos detalhes. Não devo para ninguém, sou um Deputado que tenho uma liberdade, voto aqui com a minha Bancada, sou muito fiel ao meu Governador Jaime Lerner, morro com fidelidade, e olha, voto com V.Exa. Deputado, quando achar que devo votar. Voto com qualquer Deputado aqui dentro dessa Casa. Mas peço hoje, em nome da família do meu Estado, em nome das mães negras e das mães brancas, em nome dos nossos filhos, em nome da dignidade desse Parlamento, pelo amor de Deus, não vamos permitir que se crie no Governo do Estado dedo-duro com carteirinha, usando armas para violentar os direitos Constitucionais da família brasileira do meu Estado.

Agora, se os senhores acharem que é correto se criar isso, nesse parlamento, olha, confesso aos senhores que devo dizer que tenho vergonha de ser Deputado no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre o projeto existe um requerimento pedindo o adiamento de 10 sessões. Em votação o requerimento. Srs. Deputados que concordam com o mesmo permaneçam como estão.

Para encaminhar o requerimento do Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, na verdade quero crer que esse Parlamento já está suficientemente esclarecido para poder votar esse requerimento e com isso votar o mérito dessa matéria que é na verdade extremamente preocupante, porque é um retrocesso para o Paraná, em relação aos critérios que devam ter aqueles que devam exercer o cargo de autoridade. Por isso que queria

que V.Exa., considerando inclusive que se assanha nos meios de imprensa uma proposta, como bem disse o Deputado Alborghetti de se criar ou de se recriar a famosa figura de Inspetor de Quarteirão, que o senhor sabe, Deputado Zuk, é uma figura criada pelo facismo, não sei de onde que o Secretário Cândido foi tirar a idéia de recriar um Inspetor de Quarteirão. Queria que V.Exa. na verdade colocasse em votação esse requerimento para que essa Casa pudesse de uma vez por todas, não deixar prosseguir esse projeto do Deputado Basílio que é altamente danoso à sociedade paranaense. E por isso queria pedir para votar, de uma vez por todas essa matéria que tenho certeza esta Casa, aqui hoje, vai votar contra.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Este projeto assinado pelo Deputado Basílio Zanusso, nós, da Bancada do PFL, encaminhamos um pedido para retirar de votação. Porque o autor do projeto não está aqui para se defender e para poder debater.

Então peço para tirar, por alguns dias, para que, quando ele estiver presente, ele que assinou, possa explicar e defender o projeto. É um projeto polêmico e o autor tem que estar presente, pelo menos, para defender o projeto.

É uma indelicadeza votarmos o projeto sem o autor estar presente.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - O Deputado Romanelli diz que o inspetor de quarteirão é um retrocesso no Estado do Paraná, na história do Paraná. Concordo com o Deputado Romanelli. Mas não concordo de denegrir a imagem do inspetor de quarteirão que serviu, ao longo da história do Paraná, como um verdadeiro policial no interior, nas comunidades mais distantes dos centros das cidades. Sou contra o requerimento. Hoje, na época em que vivemos, sou de pleno e total acordo com o que disse o Deputado Alborghetti, acho que excluir a exigência do 2º Grau, pelo menos do 2º Grau, para exercer uma função pública, uma função policial onde vai manter contato com os soldados da polícia militar, que tiveram que fazer um concurso e, no mínimo, teve que ter o 2º Grau completo. Ele vai manter contato com os agentes de segurança pública, vai ter uma verdadeira função, em alguns momentos, a função de delegado.

A meu ver o projeto do ano passado de autoria do Governo Roberto Requião, está correto, está certo no mundo que vivemos hoje, na realidade que vivemos hoje. Há 10, 20 ou 30 anos atrás, tudo bem! Hoje não. Por essa razão sou contra o requerimento e sou a favor de que se mantenha a

exigência do 2º Grau, pelo menos.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, ouvimos a argumentação do Deputado Plauto Miró da ausência do Deputado Basílio Zanusso. Só que não acredito que o Deputado Basílio Zanusso, tão presente que está em todas as sessões, que vai ficar faltando 10 sessões, agora, como é o pedido. Então que a gente adie por duas sessões e o Deputado esteja presente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - O Plenário concorda com 3 sessões? Sim, então em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães solicitando retirada por 3 sessões. Aprovado. Retirado por 3 sessões.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, já que o projeto não vai à votação não cabe encaminhamento de votação. Mas não posso deixar passar em branco, hoje, aquilo que penso a esse respeito. Não posso de maneira alguma concordar com as afirmações do companheiro Alborghetti e do Romanelli, com referência ao delegado calça curta ou coisa parecida. Eu conheço, durante estes doze anos e meio que sou Deputado eu já vi delegado de carreira e delegados calça curtas nos municípios que represento e quero dizer aos meus companheiros que não tenho em absoluto nada, nada contra a polícia civil. Pelo contrário, sou uma das pessoas que mais tem procurado ajudar a polícia civil no meu Estado, aqui nesta Assembléia, mas quero dizer que tenho por duas pessoas pelo menos, de Jardim Alegre, Sr. Nominando de Souza, e de Manoel Ribas, Sr. José Lacerda, os quais por mais de cinco anos, no caso do Sr. Lacerda, mais de oito anos, permaneceram como delegados, na condição de calça curta, e que desenvolveram um trabalho digno e honrado, melhor do que muitos delegados de polícia concursados que foram para a minha cidade de Ivaiporã,

Quero dizer também o seguinte, que é sem sombra de dúvida, um avanço essa proposta de que se exija o segundo grau. Foi uma proposta do Requião, na ocasião nós debatemos, houve controvérsias na Assembléia, e chegamos que deveria ser exigido o segundo grau. Tudo bem, eu acho que se deve exigir o segundo grau, já ponderei isto com o Deputado Basílio Zanusso. Mas nós não podemos também agora querer crucificar a pessoa só pelo fato de não ter o segundo grau, porque neste Parlamento nós temos Parlamentares que não tiveram o privilégio de estudar numa escola de segundo grau também. E quando se fala, e aí eu quero vir aqui com o meu amigo Toti, quando se fala, Deputado Romanelli, e aí vem com esta história de facista, nazista ou

coisa parecida, eu acho que aqui dentro desta Casa, mais da metade não nasceu pelas mãos de um médico, nasceu pelas mãos de uma parteira. Agora, seria oportuno nós aqui escutarmos dizer que as parteiras são facistas, que são assassinas, não é verdade isto. Aqui não existe donos da verdade. É lógico que nós temos que procurar aprimorar as coisas...

(Tumulto no Plenário com Discussões Paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Vanhoni que solicitou antes do Luiz Carlos Alborghetti e antes do Luiz Cláudio Romanelli. Com a palavra o Deputado Vanhoni.

O SR. ANGELO VANHONI (Pela Ordem) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Acho que o debate é enriquecedor. O Deputado Orlando Pessuti, eu acho que faz uma pequena confusão, quando nós estamos fazendo, a Assembléia Legislativa pretende ao votar esta lei, fazer o ordenamento do estado de direito e o estado jurídico da sociedade. Não é porque nós tenhamos, ou qualquer um de nós, não ter sido alfabetizado e conseguido ao longo de sua vida representação popular para vir defender os direitos e fiscalizar o Estado aqui na Assembléia Legislativa, que nós podemos simplesmente, em função deste argumento, ou de que as parteiras não tiveram curso de medicina, de segundo ou de terceiro grau, que em função deste argumento nós não entendamos que os agentes de polícia devam ser, estar isentos da prestação de concurso público para prestar uma carreira de serviços à sociedade. Muito mais ainda os agentes de polícia, porque se o argumento do Deputado Orlando Pessuti é válido na sua essência, isto é, nós poderíamos até aprovar o projeto do Deputado Basílio Zanusso, a conclusão da aprovação do projeto de lei do Deputado Basílio Zanusso, veja, Sr. Presidente, a extinção da exigência de concurso público e de segundo grau para os agentes de polícia, porque nós já estaríamos garantindo hierarquicamente aos delegados a não exigência do segundo grau. Ora, o Deputado Alborghetti fez uma referência correta, como é que nós vamos entregar à justiça e todo o processo de inquérito nas mãos de pessoas que não tenham o conhecimento das normas simples do procedimento da ordem jurídica do Estado e da sociedade.

Acho que o Deputado Orlando Pessuti não entendeu muito bem do que é que se trata a discussão.

O Sr. Orlando Pessuti - Eu disse que sou a favor do Projeto do Deputado Basílio Zanusso, só não aceitava as imputações de

facistas, criminosos, bandidos aos Delegados Calça Curta, foi isso que eu disse. Eu não disse que era contra o projeto dele não, Vossa Excelência está mudando o discurso, está querendo ser o professor da verdade. Vossa Excelência não conhece como as coisas acontecem no interior do Paraná, no Pequeno Município, na Comunidade.

O Sr. Angelo Vanhoni - Vossa Excelência está equivocado, quero lhe chamar a atenção, porque nós estamos aqui para fazer uma regra, para a sociedade toda, não é para o pequeno e nem para o grande município. Nós queremos que as pessoas que sejam incriminadas em nome do Estado do Paraná, que sejam responsáveis, que tenham que cumprir pena, que tenham que ir para uma cadeia, que tenham que ir para uma penitenciária, que este processo quando for mandado para o Promotor Público tenha uma coerência jurídica ao qual eu não posso entender que uma pessoa sem minimamente o acúmulo da riqueza que a educação trouxe, e que nós podemos consubstanciar nisso que nós chamamos de escolaridade de 2º grau. Eu não posso entender como Vossa Excelência pode ser a favor de um projeto desse.

O Sr. Orlando Pessuti - Mas eu disse que sou contra o Projeto do Deputado Basílio Zanusso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra pela ordem ao Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu na verdade gostaria recomendar uma dose cavalari de chá de erva cidreira para o meu colega de bancada Orlando Pessuti, porque o Pessuti, na verdade ou ele interpretou muito mal o que eu falei, ou então você desconhece, embora seja um sujeito ilustrado, desconhece um pouco da história dos Movimentos Mundiais. Então eu queria na verdade esclarecer ao eminente Deputado Orlando Pessuti e aos demais membros dessa casa, que a figura do Inspetor de Quarteirão, e foi a esse que eu me referi como a figura criada pelo facismo, Excelência, foi o facismo que criou a figura do Inspetor de Quarteirão que controlava por territórios pré-determinados em nome do partido facista controlava as atividades do cidadão. E a figura, o nome Inspetor do Quarteirão, que eu infelizmente tentei recordar aqui na minha memória como é que é a expressão cunhada é claro no bom italiano, que utilizava esta figura como uma forma de controlar a ação, de cada cidadão italiano, fundamentalmente e que isso na verdade acabou sendo a matriz até do que os nazistas utilizaram também nas suas milícias.

Por isso Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Projeto do Deputado Basílio Zanusso é um desserviço pelas razões expostas muito bem expostas pelo Orlando Pessuti, pelo Alborghetti, pelo Ângelo Vanhoni e a figura de inspetor de quartelão que o Secretário de Segurança Pública, o Sr. Cândido Manoel M. de Oliveira, que aliás está sendo vítima, ontem eu vi até um jornal da Capital o Diário Popular fazia uma matéria em profundidade, analisando a sua performance à frente da Secretaria, mas isso vai ser uma outra questão tem proposto e está falando em recriar a figura do inspetor de quartelão. Não é possível, eu que ainda recentemente recebi um pedido de informações à resposta mostrando que 9 Comarcas do Estado estão sem delegados de carreira. Cidades importantes como a Grande Rios, não têm hoje, um delegado de carreira, um bacharel; Coronel Vivida, Chamberê, Palmital, Barbosa Ferraz, cidades importantes, não é possível que nós assistamos um desserviço ser proposto aqui nesta Casa de se extinguir o 2º grau para o cargo de Assistente de Segurança. Eu queria agradecer a essa oportunidade de falar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Como a matéria já é vencida, vou conceder a palavra aos dois últimos oradores inscritos: Luiz Carlos Alborghetti e Ricardo Chab.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Em primeiro lugar, o Deputado Basílio é meu particular amigo e você sabe que estamos aqui há anos e tenho um profundo respeito pelo Deputado Basílio.

Eu disse na tribuna que se nós criarmos assim, abertamente, se passar essa lei abertamente nós poderíamos criar futuros marginais dentro da própria polícia. Não vai aqui nenhum desrespeito. Têm vários municípios do Paraná que têm delegados que não são de carreira e que prestam relevantes serviços. Na Califórnia, por exemplo, há eleição para o delegado nos municípios. É claro que é designado um bacharel para ser o delegado e além disso tem um outro delegado, lá há eleição para outros delegados que não prestam concurso. Mas, pelo menos, lá eles têm um 2º grau completo. Na minha época era científico, agora que é 2º grau.

Na tribuna não quis desmerecer, em hipótese alguma, os bons delegados que já tivemos no Paraná, que já prestaram serviços ao Paraná. A minha preocupação é que este projeto, se passar do jeito que está, como outros Deputados disseram, a minha preocupação é que não haja um cabide de emprego no Estado.

Nós tivemos um caso em Londrina - faz

muito tempo, o Belinati ajudou esse rapaz, eu ajudei esse rapaz, o Adão, lembra do Adão, Belinati? O Adão, esse rapaz ele participava de tudo em Londrina, era uma pessoa maravilhosa, era uma pessoa querida, era uma pessoa acima de qualquer suspeita. E ele tinha uma carteira de dedo-duro da polícia. Está na penitenciária.

Matou uma advogada para roubar. E ele não tem o colegial, não é preparado.

Eu não vim aqui desmerecer o delegado. Esta lei aqui, mas aquilo que o Deputado Pessuti falou é verdade. O Deputado Pessuti sentou com o Governador Requião para analisar o 2º grau. Sou testemunha disso, debatemos isso em plenário. Nós brigamos para que o Governador Roberto Requião exigisse o 2º Grau Completo. Nós estamos em novos tempos gente! A violência campeia em todos os municípios do Paraná, em todo o Brasil. No Rio de Janeiro temos 2 seqüestros sem solução. Acho que para entrar na polícia, agora, como Assistente de Segurança, tem que ter o 2º Grau completo e vou mais além, se os Senhores me permitem, tinha que ir fazer um curso na Polícia Civil para saber o que é uma arma 22, 38, para saber como funciona um gatilho. Tem que ter um curso para saber o que é o Código Penal Brasileiro! Tem que conhecer os artigos, o que é o art. 12, por exemplo, do Código Penal.

Temos que repensar. Acho que o Deputado Basílio tem todo o direito. O Deputado Pessuti acha que houve, realmente, um engano. O Deputado Pessuti ficou magoado que aqueles delegados de anos e anos que prestaram serviços à comunidade. Mas sinto que o Deputado Pessuti também está favorável junto conosco, Deputado Pessuti também quer que esse projeto não passe e que permaneça a lei do Governador Roberto Requião e que o assistente de segurança tenha um curso, além do segundo grau, que apresentei na legislatura passada, um curso, Deputado, um curso, curso de arma, curso para aprender o que quer dizer polícia civil, o que quer dizer polícia militar, o que é Promotor Público, o que é Ministério Público, o que é o juiz de direito, o que é juíza de direito, o que é o fórum. Tem muitos que não sabem o que é o fórum, não sabem, o que é uma cadeia, o que é corró. Sabe o que é corró? Corró é uma cela ainda se prende vagabundos, lá no corró.

Então temos que dar um curso, Deputado Tavares.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Matéria vencida. Concedo um minuto ao Deputado Ricardo Chab e um minuto ao Deputado Antonio Casemiro Belinati, por benevolência da Mesa, como também ao Neivo Beraldin.

O SR. RICARDO CHAB - Presidente, não preciso de um minuto. Só quero lembrar aos companheiros Deputados que o policial militar soldado tem o segundo grau. Como é que vamos dar uma delegacia para um cidadão dirigir se ele vai ter que ordenar que um soldado tenha um segundo grau? Como é que um iletrado, uma pessoa que não tem o segundo grau, vai ordenar que o soldado da PM que tem o segundo grau, para fazer um serviço?

Acho que só este argumento já basta.

O SR. ANTONIO BELINATI - Sr. Presidente, estou vendo um impasse terrível, alguns colegas quase se matando, impasse criado por este projeto. Parece-me que o problema, Sr. Presidente, se resume num único fato: é que estes delegados estão de calça curta. A solução é simples, coloca calça comprida neles e está resolvido o problema.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

ITEM 04

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 248/95 de autoria do Deputado Anibal Khury que insere item no regulamento do ICMS - Lei n° 8933/89, definindo a alíquota para calcário e gesso. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 75, de 22.06.95).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 248/95

P A R E C E R:

O projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo inserir item no Regulamento do ICMS - Lei n° 8.933/89.

A técnica redacional utilizada pela Lei n° 8.933/89 age por exclusão; os produtos que não se encontram classificados no Grupo A e B do art. 23, aplica-se a alíquota de 17% do Grupo C.

O art. 23, II, contém 13 itens, o item 12 foi vetado. Portanto, a redação seria de inclusão do item 14; jamais o item 12 que foi vetado.

A súmula do projeto de lei deveria constar alteração da Lei n° 8.933/89 e não Regulamento do ICMS.

Como produtos minerais que são, as operações internas com calcário e gesso de uso na indústria, tem o pagamento do respectivo ICMS diferido, ou seja postergado até a saída do produto acabado, resultante da sua industrialização ou nas demais hipóteses arroladas nos incisos I a V do art. 97 do Regulamento do ICMS.

Na condição de insumos agropecuários, o pagamento do ICMS sobre calcário e gesso destinado a uso na agropecuária também é diferido conforme previsão, contido no in-

ciso III, do art. 102 do Regulamento do ICMS.

Portanto, não há desembolso, por parte do produtor ou do industrial quando da aquisição destes produtos relativamente ao ICMS.

Assim dispõe a Lei n° 8.933/89 (ICMS-PR):

"Art. 23 - As alíquotas internas são seletivas em função da essencialidade dos produtos ou serviços, assim distribuídas: I - GRUPO A: alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) para as seguintes operações com as seguintes mercadorias e bens;

II - GRUPO B: alíquota de 12% (doze por cento) para:

(...)

12...vetado...

13.(...)

III - GRUPO C: alíquota de 17% para demais serviços, bens e mercadorias.

Parágrafo Único - Entre outras hipóteses as alíquotas internas são aplicadas quando:

I - o remetente ou o prestador e o destinatário da mercadoria, bens ou do serviço estiverem situados neste Estado;

II - da entrada de mercadoria ou bens importados do exterior;

III - da prestação de serviço de transporte, ainda que contratado no exterior, e o de comunicação transmitida ou emitida no estrangeiro e recebida no País;

IV - o destinatário da mercadoria ou do serviço for consumidor final localizado em outra unidade federada desde que não contribuinte do imposto".

Já o Regulamento do ICMS (Decreto n° 1966/92) nos esclarece:

"Art. 97 - O lançamento do imposto em relação às mercadorias arroladas no art. 98, fica diferido para o momento em que ocorrer uma das seguintes situações (Lei n° 8.933/89, art.32):

I - saída para consumidor final;

II - saída para estabelecimento enquadrado no regime de microempresa;

III - saída para outro Estado ou para o exterior;

IV - saída para vendedor ambulante, não vinculado a estabelecimento fixo;

V - saída para estabelecimento de produtor agropecuário, exceto em relação aos itens 2, 6, 12, 16, 22, 29, 43, 55-A, 58 e 59 do art. 98;

VI - saída promovida pelo estabelecimento industrial de produto resultante da utilização das mercadorias adquiridas com diferimento;

Art. 98 - Sem prejuízo das disposições específicas previstas neste Regulamento, são abrangidas pelo diferimento as seguintes mercadorias:

51 produtos minerais de uso na indústria, exceto ouro e petróleo;

(...)

Art. 102 - É diferido o pagamento do ICMS nas operações com as seguintes mercadorias (Lei nº 8.933/89, art. 32):

(...)

III - calcário e gesso, destinados ao uso na agricultura e na pecuária, como corretivo ou recuperador do solo, nas operações realizadas com produtor, cooperativa de produtores ou órgão estadual ou vinculado ao Estado que promovam o fomento e desenvolvimento agropecuário;"

Não há motivo plausível para a elaboração da presente lei, vez que inexistirá repercussão econômica. É inócuo o projeto de lei!

Entretanto, analisando a proposição, sob os aspectos legais, regimentais e constitucionais, esta Comissão entendeu que o projeto de lei em questão está em condições de ser apreciado por esta Casa de Leis.

Nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 248/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade inserir item no Regulamento do ICMS - Lei nº 8.933/89, definindo alíquota para calcário e gesso.

A matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que através de seu relator ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há óbice que impeça a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.10.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ALBANOR GOMES - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 041/95, de autoria dos Deputados Duílio Genari, Albanor Gomes e Ricardo Chab. Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita para que a população decida sobre a criação do Município de Ferraria desmembrado do Município de Campo Largo. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 98, de 17.08.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 041/95

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução de autoria dos Deputados Duílio Genari, Albanor Gomes e Ricardo Chab objetiva autorizar a realização de plebiscito para a criação de Ferraria, desmembrado de Campo Largo.

Chamada esta Comissão a se manifestar, observou-se estar em desacordo com a Lei Complementar nº 56/91 no tocante a Certidão do IBGE e do TRE; após diligência junto a tais órgãos, nos foram enviadas as certidões e portanto sanada a irregularidade.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, com apoio dos Senhores Deputados Duílio Genari e Albanor Gomes, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 02 (duas) sessões do Projeto de Resolução nº 041/95.

Em discussão. Em votação. Deputados favoráveis ao requerimento conservem-se como estão.

Rejeitado o requerimento.

O SR. DUÍLIO GENARI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Matéria vencida, ilustre Deputado.

O SR. DUÍLIO GENARI - Pedi verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

Deputados que são favoráveis ao requerimento queiram levantar-se, pela retirada do projeto de lei por duas sessões.

Existe um requerimento do autor do projeto, Ricardo Chab pedindo a retirada por 2 sessões do projeto de lei último da pauta da Ordem do Dia de hoje.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento, retirando por 2 sessões.

19 Senhores Deputados aprovam o requerimento.

20 Senhores Deputados rejeitam.

O SR. RENATO ADUR (Verificação de votação) Senhor Presidente. Tem a palavra pela ordem o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente até porque essa votação começou meio

confusa. Queria que Vossa Excelência me explicasse com a assessoria da Mesa, porque razão em que estágio encontra-se esse projeto, porque exatamente os autores do projeto estão pedindo a retirada e não está sendo concedido, se são legítimos para retirar o projeto da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente concedida, solicito ao Deputado Ricardo Chab, que encaminhou o requerimento retirando da Ordem do Dia, que esclareça ao ilustre Deputado Caíto Quintana o porquê da retirada.

O SR. RICARDO CHAB - Nós achamos melhor retirar por duas sessões para poder discutir, porque há uma corrente inclusive que quer aqui dentro do Plenário nos procurando, a mim, o Deputado Duílio e o Deputado Zezé, mas que prefere a não emancipação da Ferraria, e gostaria inclusive que levasse essa proposta aos moradores da Ferraria que quer a anexação da Ferraria à Curitiba e não a emancipação. Então para retirar para que a gente possa discutir e ir a fundo na questão da Ferraria. Por isso é que estou pedindo o voto dos Senhores Deputados para retirar o projeto por duas sessões.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, sei que Vossa Excelência trata bem das sessões. A minha pergunta é outra, a minha pergunta é qual o dispositivo regimental da Mesa, sendo que o próprio autor está pedindo a retirada do projeto, se não lhe cabe o direito de retirar um projeto de sua autoria da Ordem do Dia, visto que ele encontra-se em 1.ª discussão. Então me parece que a vontade do autor tem que ser respeitada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Acho que a Questão de Ordem solicitada pelo ilustre Deputado Caíto Quintana tem que ser votada.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Conversando com o Deputado Chab ele está colocando uma outra questão nova que não foi falada em Plenário. Está propondo essa retirada e a volta na 2.ª-feira, porque há dois tipos de movimentos, segundo o Deputado Ricardo Chab, na Ferraria. Um grupo de moradores daquela região deseja o município e um outro grupo deseja não continuar em Campo Largo mas também não um novo município. No caso, anexar à Cidade de Curitiba, de acordo com o que disse o Deputado Chab.

Nesse sentido, nós que votamos contra o requerimento, achamos por bem - favorável à democracia - a gente votar favorável, agora, ao requerimento, mas dando es-

ta nova interpretação. Assim, votaremos agora, solicitando aos demais Deputados, que pensem um pouco e adiar por duas sessões para termos um debate mais democrático.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Está bem claro que não é uma questão fechada, é mais uma questão pessoal dos Senhores Parlamentares, especialmente eu, o Deputado Cesar Seleme, o Deputado Neivo Beraldin, alguns Parlamentares do PT temos alguma ascendência ao Município de Campo Largo.

Recebemos pedidos, até, de D. Pedro Fedalto para que não acontecesse o desmembramento. Não é uma questão de Governo de Estado, o Governo não está se envolvendo nesta questão aqui. É uma questão de foro íntimo de cada um dos Parlamentares. Até sugeri, ao início da sessão, ao Deputado Duílio Genari, ao Deputado Ricardo Chab que retirassem o projeto por algumas sessões. Porque hoje o clima não está para aprovação.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Nós entendemos que o Deputado Chab está usando do bom senso, do equilíbrio e da sensatez. Além de tudo o Regimento Interno no seu art. 94 § 6º lhe dá o respaldo, também, a Vossa Excelência Presidente, de Ofício, para atender as questões do requerimento do Deputado Chab. Esta é uma questão até de justiça com a comunidade de Ferraria o questionamento e a discussão deste caso. O protelamento desta matéria não vai prejudicar, em nada, a questão da criação ou não dessa unidade. O que queremos é apelar aos Deputados que não podemos votar contra a vontade do próprio autor do projeto que está querendo melhorá-lo. Acho que o Presidente deve, baseado no art. 94, pode, perfeitamente, liberar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação o requerimento pedindo a retirada do projeto por duas sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 02 (duas) sessões do Projeto de Resolução nº 041/95.

Sobre a mesa, Requerimento nº 3253 de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3261 e 3262, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3235 a 3237, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3232, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira,

constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3239, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para registrar este voto de congratulações à Bancada Federal, o Governo do Estado no sentido da aprovação das emendas que são benéficas para o Paraná. Reconhecemos a luta dos Senhores Parlamentares federais e o bom entendimento, o bom senso havido entre a Bancada e os representantes do Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Requerimentos n°s 3238, 3240 e 3256, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3243 e 3257, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3244 a 3247, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3249 e 3251, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3252, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3250, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 3255, de autoria do Senhor Deputado Edgard Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 31, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 248/95.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 382/95.
e do Projeto de Resolução n° 042/95.

Levanta-se a sessão.